

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Primeiro Ministro António Costa, acompanhado por outros membros do Governo, inicia hoje uma visita oficial ao Canadá com real importância para as relações entre os dois Países.

Por isso mesmo, desejamos que esta visita se traduza num inequívoco sucesso, com indiscutíveis vantagens para os povos dos dois Países, que tão boas relações têm sabido manter ao longo de décadas.

Será assim este um momento muito importante para o nosso Governo resolver problemas que condicionam hoje fortemente a nossa numerosa Comunidade, que se encontra fixada oficialmente no Canadá desde 1953, mas cuja existência real tem já alguns séculos. Salientamos assim um conjunto de questões que, no nosso entender, deverão merecer uma atenção particular do Primeiro Ministro, tomando, nos casos em que tal dependa exclusivamente do nosso Governo, as medidas indispensáveis para as resolver, depois de sucessivos anúncios e promessas normalmente adiadas:

- O grande número de cidadãos nacionais indocumentados existente no Canadá é merecedor de grande preocupação. Não sendo um assunto novo, a verdade é que importará aproveitar a oportunidade para, diplomaticamente, conseguir do Governo Canadiano a abertura suficiente para a resolução dos casos mais chocantes, que implicam famílias perfeitamente integradas, com uma atividade profissional regular e, por vezes, até com filhos já ali nascidos. Por outro lado, parece-nos igualmente adequado insistir com as autoridades canadianas no sentido do alargamento das suas quotas de imigração, que permitam a fixação neste País de mais cidadãos portugueses, que o pretendam fazer legalmente.
- A resposta ao requerimento de pensões por parte de inscritos na Segurança Social Portuguesa, ao nível do Centro Nacional de Pensões, demora hoje mais de um ano, numa tendência que tem vindo a agravar-se, com claro prejuízo para os diretamente interessados e as respetivas famílias. Esta questão é hoje generalizada a todas as nossas Comunidades no estrangeiro, devendo merecer medidas urgentes que permitam reforçar com enorme urgência este serviço público.
- Outro domínio em que os atrasos continuam a aumentar de forma impressionante é o do registo de cidadãos nacionais nos serviços do Ministério da Justiça. Apesar de todas as diligências que têm sido realizadas junto de vários responsáveis governamentais, a verdade é

que a simples inscrição de cidadãos filhos de portugueses, maiores ou até menores de idade, continua a demorar larguíssimos meses e nalguns casos até mais de um ano, com inequívocas consequências negativas para os afetados e suas famílias, que muitas vezes se veem impedidos de se deslocar por falta de documentos.

- O atendimento consular, particularmente em Toronto, também se tem vindo a degradar de forma séria, sendo já frequentes as situações de pessoas que não conseguem ser atendidas de forma a obterem simples documentos de identificação ou de viagem uma vez que a partir das 10h30 deixam de ser distribuídas novas senhas de atendimento. Esta situação agravou-se fortemente com a redução das 40 para as 35 horas semanais do horário de trabalho dos funcionários consulares, sem que isso tenha sido acompanhado da admissão do correspondente número de novos colaboradores.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, vimos, através de Vossa Ex^a, solicitar ao Senhor Primeiro Ministro que nos sejam dadas as seguintes informações:

1 – Como pretende o Governo apoiar os milhares de cidadãos portugueses indocumentados, que, segundo as mais variadas e credíveis fontes, existem hoje no Canadá, de forma a permitir a sua plena legalização num prazo e com condições aceitáveis? Que diligências diplomáticas serão feitas junto do Governo Canadiano, neste sentido, durante a visita do Senhor Primeiro Ministro ao Canadá?

2 – Estão previstos contactos que permitam alargar as oportunidades de imigração legal de portugueses para o Canadá?

3 – Tem o Governo conhecimento dos atrasos verificados no Centro Nacional de Pensões relativamente ao processamento de pensões de cidadãos nacionais residentes no estrangeiro? Como vai o Governo resolver este problema de forma a reduzir de forma razoável o prazo de apreciação destas situações?

4 – Depois de todos os contactos estabelecidos com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e com a Ministra da Justiça, que soluções pretende o Governo aplicar para reduzir drasticamente e com rapidez os escandalosos atrasos que continuam a verificar-se ao nível do registo de filhos de cidadãos nacionais nos serviços centrais do Ministério da Justiça?

5 – Quando pretende o Governo resolver os seríssimos problemas de atendimento que se verificam na generalidade da nossa rede consular, que se agudizaram com a redução do horário de trabalho dos funcionários dos serviços periféricos externos do MNE, contratando os funcionários indispensáveis para assegurar a proteção consular que é devida aos portugueses que residem no estrangeiro? No caso concreto de Toronto e de Vancouver, quando serão contratados novos funcionários, em número suficiente para assegurar as necessidades dos serviços, incluindo chefes de chancelaria que garantam o exercício de tais funções para os próximos anos?

Palácio de São Bento, 2 de maio de 2018

Deputado(a)s

JOSÉ CESÁRIO(PSD)

CARLOS ALBERTO GONÇALVES(PSD)

CARLOS PÁSCOA GONÇALVES(PSD)